

Política de Privacidade e Proteção de Dados

Índice

1.	OBJETIVO E ABRANGÊNCIA	2
2.	DEFINIÇÕES	2
3.	PRINCÍPIOS NORTEADORES	4
4.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	4
5.	DIREITOS DOS TITULARES	6
6.	OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE	8
7.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	9
8.	SANÇÕES AO DESCUMPRIMENTO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE	9
9.	ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE	9
10.	CONTATO	10
11.	VIGÊNCIA	10

1. OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

1.1. Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados (“Política de Privacidade”) tem por objetivo estabelecer as diretrizes, princípios e procedimentos que norteiam as atividades de Tratamento de Dados Pessoais pela Estar S.A., na qualidade de administradora de mercado de balcão organizado (“Sociedade”), ao receber, coletar, armazenar ou de qualquer forma realizar o Tratamento de Dados Pessoais imputados no Sistema do Mercado Estar, ou gerados por ele, observando o disposto na Lei nº 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” ou “LGPD”), no Regulamento do Mercado de Balcão Organizado da Estar (“Regulamento”), nas suas demais políticas e normas internas, bem como respeitando as demais regulações e legislações que lhe são aplicáveis.

1.2. Esta Política de Privacidade aplica-se aos administradores, pessoas naturais ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário da Sociedade, Colaboradores, Emissores, Investidores e parceiros da Sociedade, bem como Terceiros, inclusive os que prestem serviços relacionados ao Tratamento de Dados Pessoais, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Sociedade, incluindo, sem limitação, membros externos, empresas controladas, coligadas ou do mesmo grupo econômico da Sociedade, prestadores de serviços, funcionários e estagiários de empresas controladas, coligadas ou do mesmo grupo econômico da Sociedade que de qualquer forma lidem com Dados Pessoais dos Emissores, Investidores ou qualquer outro Membro do Mercado Estar (“Pessoas Sujeitas”).

1.3. A Sociedade atuará como Controladora de Dados Pessoais, de acordo com a LGPD, com relação aos Dados Pessoais dos Emissores, Investidores e demais Dados Pessoais que sejam tratados para a finalidade de promover a interação de Ordens de compra e de venda de Ativos diretamente entre os Investidores.

1.4. Palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula, em suas formas no singular e no plural, e de outra forma não definidos nesta Política de Privacidade, terão os significados a eles atribuídos no Glossário da Sociedade, disponível no *website* da Sociedade.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula, em suas formas no singular e no plural, e de outra forma não definidos nesta Política de Privacidade, terão os significados a eles atribuídos a seguir:

“Autoridade Competente” significa a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);

“Autoridade Fiscalizadora” significa qualquer autoridade, de âmbito administrativo ou judicial, competente para julgar, fiscalizar e aplicar a legislação pertinente;

“Ciclo de vida do Dado Pessoal” representa todos os fluxos de Tratamento aos quais o Dado Pessoal é submetido durante sua existência nos sistemas da Sociedade;

“Controladora” significa a Parte a quem compete as decisões relativas ao Tratamento de Dados Pessoais;

“Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que, direta ou indiretamente, sozinha ou acompanhada de outros dados, identifique ou possa identificar uma pessoa física. São exemplos de dados pessoais: nome, CPF, número de Protocolo de Internet (IP), endereço de e-mail, número de conta bancária, perfil financeiro, identificação de contribuinte, registro profissional, geolocalização, dentre outros.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensíveis” são os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Ainda, nas possíveis interações que possam ser caracterizadas como procedimento de *suitability*, quaisquer Dados Pessoais Sensíveis gerados também passarão por tratamento específico.

“Encarregado” pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre a Sociedade, os Titulares dos Dados Pessoais e a ANPD bem como as demais responsabilidades estabelecidas na presente Política de Privacidade. A Sociedade disponibiliza o seguinte canal de contato do Encarregado, através do e-mail: privacidade@estar.finance ou da rede mundial de computadores (<https://estar.finance/#sobre-nos>), para fins da presente Política de Privacidade;

“LGPD” significa a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

“Operador(a)” significa a parte que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome e sob as instruções da Controladora;

“Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais” ou “Data Protection Impact Assessment” (“DPIA”) significa a documentação da Controladora que contém a descrição e avaliação dos processos de Tratamento de Dados Pessoais, seus eventuais riscos e impactos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos Titulares, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

“Terceiro” significa pessoa física ou jurídica, autoridade pública, serviço ou organismo que seja prestador de serviço, parceiro, cliente, fornecedor ou qualquer outro terceiro que não seja a Sociedade, seus Colaboradores ou grupo de pessoas ligados, de qualquer forma, à Sociedade;

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa ser identificada pelo Tratamento dos Dados Pessoais ou Dados Pessoais Sensíveis;

“Tratamento” significa toda e qualquer operação realizada com os Dados Pessoais ou Dados Pessoais Sensíveis, incluindo, mas não se limitando, a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; e

“Violação de Dados Pessoais” significa toda e qualquer situação, acidental ou intencional, praticada mediante culpa ou dolo, que provoque, em relação a Dados Pessoais: **(i)** a destruição; **(ii)** a perda; **(iii)** a alteração; **(iv)** a comunicação, difusão ou divulgação; **(v)** o acesso não autorizado, ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES

3.1. A Sociedade ao realizar qualquer atividade de Tratamento de Dados Pessoais deve observar os seguintes princípios: **(i)** finalidade, licitude e lealdade; **(ii)** adequação e limitação das finalidades; **(iii)** necessidade; **(iv)** livre acesso; **(v)** transparência; **(vi)** segurança, prevenção, integridade e confidencialidade; **(vii)** não discriminação; **(viii)** prestação de contas, responsabilidade (*accountability*); **(ix)** exatidão; e **(x)** limitação da conservação.

4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

4.1. A Sociedade poderá realizar o Tratamento dos Dados Pessoais, como nome, data de nascimento, R.G., CPF/CNPJ, endereço, naturalidade, estado civil, informações

do cônjuge, nome da mãe, e-mail, profissão, informações sobre rendimentos, situação patrimonial, assinatura, entre outros para fins de **(i)** cumprimento de obrigação legal ou regulatória; **(ii)** exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; **(iii)** para execução de contratos com o Titular; e **(iv)** com base em interesses legítimos.

4.2. Para o atingimento dos propósitos aqui descritos, a Sociedade poderá contratar Operadores para que atuem segundo suas instruções.

4.3. Será mantido controle direto dos Dados Pessoais que são tratados no escopo de seus produtos e serviços. Os processos de negócio, sistemas de suporte e relacionamento devem ser desenvolvidos com o mais elevado grau de segurança dos Dados Pessoais e aderência a legislação e normativos que regem o tema.

4.3.1. O Ciclo de vida do Dado Pessoal e os fluxos de Tratamento de Dados Pessoais realizados pela Sociedade serão devidamente mapeados e enquadrados em uma das bases legais previstas na legislação aplicável, mantendo o registro de atividades de Tratamento de Dados Pessoais completo.

4.4. A Sociedade deve observar as seguintes diretrizes e obrigações, para garantia da governança de proteção de Dados Pessoais:

4.4.1. Gestão de Terceiros. Os Terceiros contratados pela Sociedade para realizar o Tratamento de Dados Pessoais em seu nome deverão ter implementados procedimentos e regras contratuais, de modo que estes fiquem obrigados a adotar medidas técnicas e organizacionais com vistas a Proteção dos Dados Pessoais nos termos desta Política de Privacidade e demais leis aplicáveis.

4.4.2. Relatórios de Impacto a Proteção de Dados Pessoais ou *Data Protection Impact Assessments*. Elaboração e registro de DPIAs dos Tratamentos de Dados Pessoais quando assim for necessário para atender à legislação aplicável, à solicitação de Autoridade Competente ou por solicitação do Conselho de Autorregulação nos casos de suspeita de Violação de Dados Pessoais dentro do Mercado Estar, procurando identificar as medidas necessárias para eliminar ou mitigar os altos riscos aos direitos dos Titulares.

4.4.3. Privacidade e Segurança por Design e por Padrão ou *Privacy and Security by Design and by Default*. Os serviços e produtos do Mercado Estar e do Sistema do Mercado Estar devem, desde sua concepção, ter como padrão a

observância dos princípios gerais de proteção de Dados Pessoais e privacidade, bem como medidas de segurança da informação.

4.4.4. Gestão de Incidentes de Violação de Dados Pessoais. A Sociedade deverá estabelecer um Plano de Incidentes de Violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, para adoção das providências adequadas conforme a legislação aplicável, que deverá ser revisto anualmente para fins de atualização.

5. DIREITOS DOS TITULARES

5.1. Os Titulares possuem direito de requerer o exercício dos seus direitos através dos canais disponíveis elencados no site principal da Sociedade e através dos contatos do Encarregado, conforme disponíveis no item 2.1 e no item 10 desta Política de Privacidade, para tratar sobre assuntos relacionados aos seus Dados Pessoais.

5.2. São direitos dos Titulares para fins da LGPD:

5.2.1. Direito de confirmação. O Titular pode solicitar a confirmação da existência ou não de atividades de Tratamento de Dados Pessoais. As seguintes informações sobre as atividades de Tratamento de Dados Pessoais podem ser solicitadas:

- quais Dados Pessoais estão sendo tratados;
- a origem dos Dados Pessoais tratados;
- a finalidade das atividades de Tratamento de Dados Pessoais.

5.2.2. Direito de acesso. O Titular tem o direito de solicitar o acesso aos seus Dados Pessoais tratados pela Sociedade. Pode ser solicitada uma declaração completa acerca das atividades de Tratamento de Dados Pessoais e informações adicionais sobre as atividades realizadas.

5.2.3. Direito à correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. O Titular tem o direito de solicitar a correção, alteração ou atualização de seus Dados Pessoais quando estiverem incorretos ou incompletos.

5.2.4. Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD. O Titular tem o

direito de solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

- 5.2.5. Direito à portabilidade.** O Titular pode solicitar a portabilidade de seus Dados Pessoais para outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa. Isto significa que o Titular pode solicitar uma cópia dos seus Dados Pessoais em formato eletrônico e transmiti-los para utilização em serviço de terceiros.
- 5.2.6. Direito de eliminação dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis tratados com o consentimento do titular e de se opor.** O Titular tem o direito de solicitar a remoção de Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis que armazenamos quando esses Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis tiverem sido coletados com base no consentimento. Além disso, o Titular pode se opor ao Tratamento de Dados Pessoais e de Dados Pessoais Sensíveis, realizados com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento da LGPD.
- 5.2.7. Direito de obter informação das entidades com as quais o Controlador realizou uso compartilhado de Dados Pessoais e os Dados Pessoais Sensíveis.** O Titular tem o direito de solicitar informações sobre quais entidades, públicas e privadas, a Sociedade compartilha os seus Dados Pessoais e seus Dados Pessoais Sensíveis.
- 5.2.8. Direito de negar o consentimento, obter informações e de revogar o consentimento.** O Titular pode obter informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, se aplicável. Além disso, o Titular poderá revogar o consentimento, quando essa for a base legal aplicada, a qualquer momento por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação.
- 5.2.9. Direito de peticionar à ANPD.** O Titular tem o direito de apresentar uma reclamação junto à ANPD. No entanto, recomendamos fortemente que o Titular entre em contato conosco primeiro para que busquemos a melhor solução, levando em consideração sempre a privacidade e a proteção dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis.

5.2.10. Direito de solicitar a revisão de decisões unicamente automatizadas. O

Titular tem o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em Tratamento automatizado de Dados Pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade, se aplicável.

6. OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE

6.1. Ainda, enquanto Controladora de Dados Pessoais, a Sociedade se obriga a:

- (i) no prazo estabelecido pela LGPD ou pela ANPD:
 - a. informar ao Controlador competente, se aplicável, o recebimento de qualquer comunicação, incluindo citação ou notificação, solicitando o fornecimento de parte ou integralidade dos Dados Pessoais, ou qualquer outra solicitação ou exercício de direitos, de qualquer tipo, feita pelos Titulares ou por Autoridades Fiscalizadoras que porventura demandem atuação conjunta da Sociedade e dos demais Controladores para garantir melhor atendimento da solicitação; e
 - b. informar ao Titular quando, por questões regulatórias ou legais, as solicitações de exercício de direitos devam ser atendidas diretamente por outro Controlador.

6.1.1. A Sociedade e demais Controladoras são responsáveis, cada uma, de forma individual e exclusiva, pelo Tratamento de Dados Pessoais que realizam, no que tange às obrigações previstas na LGPD, legislações e regulamentações relacionadas à matéria, em especial pela garantia do exercício dos direitos dos Titulares.

6.1.2. Caso haja qualquer transferência internacional de Dados Pessoais ou Dados Pessoais Sensíveis para o escopo dos serviços prestados pela Sociedade, essa transferência internacional se dará em conformidade com o artigo 33 da LGPD e diretrizes da Autoridade Competente.

6.1.3. A Sociedade só realizará o Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis pelo período que for necessário para a realização de suas atividades. Após o término do vínculo do Titular com a Sociedade, os Dados Pessoais e os Dados Pessoais

Sensíveis do Titular somente poderão ser mantidos, durante 10 (dez) anos, a contar do término do contrato com o Titular, para **(a)** cumprimento de obrigação legal ou regulatória da Sociedade e outros Controladores; **(b)** o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; e/ou **(c)** para a proteção do crédito da Sociedade. Ademais, a Sociedade poderá manter os Dados Pessoais para outras finalidades previstas em lei, como o uso exclusivo da Sociedade, de forma anonimizada ou em situações que justifiquem o legítimo interesse da Sociedade e nos termos da LGPD.

6.1.4. Caso o Titular ou qualquer pessoa física ou jurídica que vier a suportar um prejuízo, requeira o ressarcimento de eventuais prejuízos relacionados ao Tratamento de Dados Pessoais diretamente à Sociedade, decorrente de culpa ou dolo de um Controlador ou Operador contratado pela Sociedade, inclusive por meio de procedimento administrativo, arbitral ou ação judicial, ou a Sociedade sofra sanção administrativa, a Sociedade terá direito de regresso contra a parte infratora e esta será integralmente responsável pelo ressarcimento à Sociedade de todos os valores relacionados à sanções e/ou condenações, inclusive despesas advocatícias e administrativas que incorrer para a sua defesa. A comprovação de que o prejuízo decorreu de culpa ou dolo do Operador poderá se dar: **(i)** por meio extrajudicial; **(ii)** no âmbito do procedimento administrativo, arbitral ou ação judicial originários em que a Sociedade foi acionada; ou **(iii)** na ação em que a Sociedade pleitear o seu direito regresso.

7. MEDIDAS DE SEGURANÇA

7.1. A Sociedade adota medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito. Buscamos sempre implementar procedimentos físicos, eletrônicos e gerenciais para monitorar a segurança dos Dados Pessoais e qualquer outra informação que coletamos.

8. SANÇÕES AO DESCUMPRIMENTO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

8.1. O descumprimento da presente Política de Privacidade pode acarretar a aplicação das sanções cíveis, administrativas e penais nos termos da legislação e regulação aplicáveis.

9. ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

9.1. O Conselho de Autorregulação irá atualizar a presente Política de Privacidade quando for necessário em razão de mudanças em qualquer lei, regulamento ou disposição da CVM ou qualquer outra entidade reguladora, que altere as disposições aqui listadas.

10. CONTATO

10.1. Em caso de dúvidas sobre a Política de Privacidade, por favor não hesite e entre em contato com o Encarregado da Sociedade, através do e-mail privacidade@estar.finance ou pela rede mundial de computadores da Sociedade, através do website <https://estar.finance/#sobre-nos>.

11. VIGÊNCIA

11.1. Esta Política de Privacidade entra em vigor na data de sua aprovação e somente poderá ser modificada por deliberação do Conselho de Autorregulação e poderá ser consultada em <https://estar.finance/#sobre-nos>.